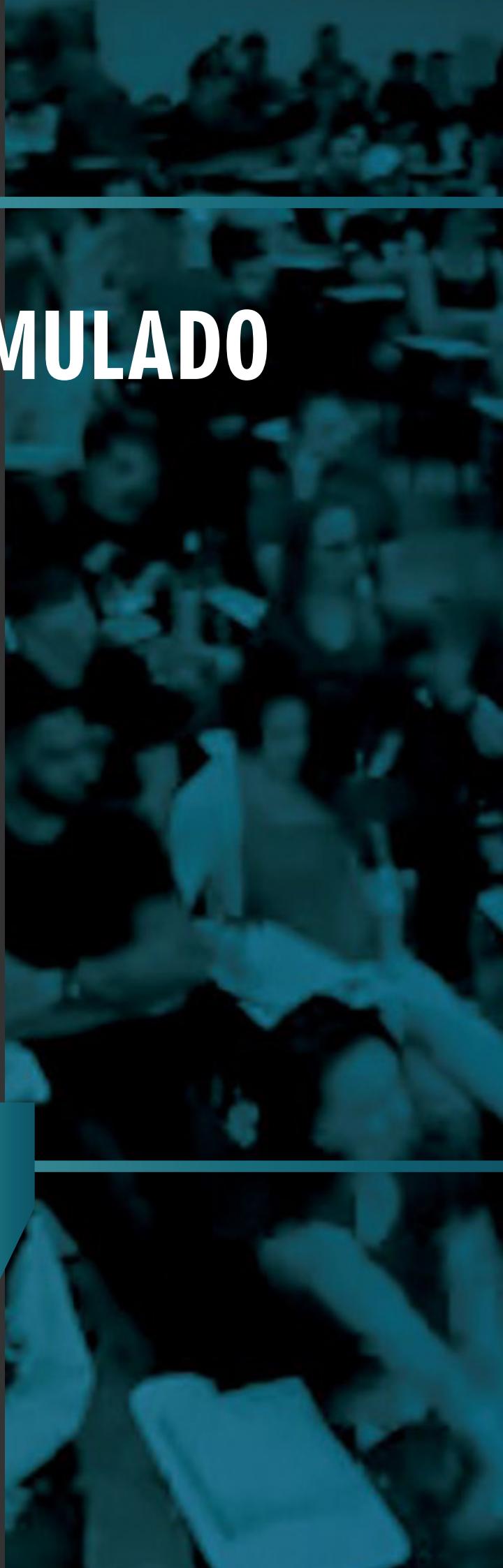


MINISIMULADO

77



TESTE SEU CONHECIMENTO!

Prezado aluno, após desenvolver todo o estudo dessa aula, espero que você tenha absorvido o conhecimento necessário para sua aprovação. Em função disso, vamos testar seu conhecimento e classificar seu desempenho. Para isso, o Alfacon propõe um desafio para você e conforme seu desempenho recomendamos um direcionamento específico para os seus estudos. As condições do desafio são as seguintes:

- » Vamos fazer um mini simulado objetivo com 10 questões sobre o conteúdo desse bloco;
- » Afaste de você qualquer material de consulta, teste seu conhecimento apenas como conhecimento na sua mente;
- » Cronometre 8 minutos para resolver todas as questões, após o prazo encerre o mini simulado, você não pontuará as questões não resolvidas;
- » Responda as 10 questões sem conferir o gabarito durante o estudo;
- » Após resolver as 10 questões ou finalizar o tempo, confira o resultado no gabarito.
- » Cada questão certa correta contabiliza um ponto!

Agora, conforme seu desempenho, sugiro o seguinte direcionamento no seu estudo:

- » Se você fez até **4 pontos**, recomendamos que revise as aulas de todo o encontro e faça uma revisão de todo conteúdo visto na disciplina até agora. Somente após essa revisão, recomendamos que você continuidade ao próximo bloco.
- » Se você fez de **5 a 7 pontos**, revise os principais tópicos e ideias trabalhadas nesse bloco. De preferência refaça os esquemas de aula para melhorar sua memorização. Após isso, siga para o próximo bloco.
- » Se você fez de **8 a 10 pontos**, o seu conhecimento está bem estável e apto por mais informações, siga para o próximo bloco e faça o próximo teste.

MINISIMULADO

1. Ano: 2018 Banca: FUNDATÉC Órgão: PC-RS Prova: FUNDATÉC - 2018 - PC-RS - Escrivão e de Inspetor de Polícia - Tarde ADAPTADA

Na Lei nº 8.666/1993, pode ser encontrada a seguinte definição:

A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da imparcialidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Certo () Errado ()

2. Ano: 2018 Banca: FUNDATEC Órgão: Prefeitura de Três de Maio - RS Prova: FUNDATEC - 2018

Para responder a questão, considere a Lei Federal nº 8.666/1993, que instituiu normas para licitações e contratos da Administração Pública, vigente na data do edital do presente concurso.

Com base no Art. 3º, analise as assertivas que seguem relacionadas às finalidades da licitação e assinale V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

() Garantir a observância do princípio constitucional da isonomia. () Selecionar a proposta mais vantajosa para o licitante vencedor. () Promover o desenvolvimento nacional sustentável. () Combater os elementos perniciosos aos interesses da sociedade.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- a) F – V – F – V.
- b) V – F – F – V.
- c) F – F – V – V.
- d) V – F – V – F.
- e) V – V – F – F.

3. Ano: 2015 Banca: FUNCAB Órgão: PC-AC Prova: FUNCAB-2015-PC-AC-Perito Criminal-Engenharia Elétrica ADAPTADA

A licitação sempre será sigilosa, não sendo públicos e acessíveis ao público os atos de seu procedimento, inclusive quanto ao conteúdo das propostas.

Certo () Errado ()

4. Ano: 2019 Banca: INSTITUTO AOCP Órgão: UFPB Prova: INSTITUTO AOCP - 2019 - UFPB - Auditor

A Lei Federal nº 8.666/1993 regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Sobre as licitações, é correto afirmar que

- a) São uma prática destinada a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia.
- b) Devem ser aplicadas somente em casos relacionados com obras públicas.
- c) Salvo exceções, as licitações exigem que pagamentos ocorram sempre à vista.
- d) A seleção da proposta mais vantajosa independe de quaisquer princípios.
- e) Devem ocorrer sempre a cada dois anos, mesmo sendo sobre um item intangível.

5. Ano: 2013 Banca: FDRH Órgão: PC-RS Prova: FDRH-2013-PC-RS-Escrivão e Inspetor de Polícia - 2º Parte

Considere as afirmações abaixo sobre os princípios da Administração Pública.

I - Segundo o princípio da legalidade, o administrador público está autorizado a fazer tudo aquilo que a lei não proíbe.

II - O desvio de finalidade do ato administrativo configura ofensa ao princípio da imparcialidade.

III - As chamadas cláusulas exorbitantes previstas nos contratos administrativos regidos pela Lei Federal nº 8.666/93 são manifestações concretas do princípio da supremacia do interesse público sobre o privado.

IV- O princípio da razoabilidade, por não constar de forma expressa na Constituição Federal de 1988, não tem qualquer relevância para o Direito Administrativo.

Quais estão corretas?

- a) Apenas a I.
- b) Apenas a I e a II.
- c) Apenas a II e a III.
- d) Apenas a III e a IV.
- e) Apenas a II, a III e a IV.

6. Ano: 2019 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: Prefeitura de Campo Grande - MS Prova: CESPE - 2019 - Prefeitura de Campo Grande - MS - Procurador Municipal

Considerando essa situação hipotética, julgue o próximo item.

O princípio do julgamento objetivo visa afastar o caráter discricionário quando da escolha de propostas em processo licitatório, obrigando os julgadores a se ater aos critérios prefixados pela administração pública, o que reduz e delimita a margem de valoração subjetiva no certame.

Certo () Errado ()

7. Ano: 2010 Banca: ACAFE Órgão: PC-SC Prova: ACAFE - 2010 - PC-SC - Agente de Polícia ADPTADA

As obras, serviços, compras e alienações realizadas pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário regem-se pelos preceitos da Lei nº 8.666/93.

Certo () Errado ()

8. Ano: 2019 Banca: IBADE Órgão: Prefeitura de Aracruz - ES Prova: IBADE - 2019 - Prefeitura de Aracruz - ES - Auditor de Controle Interno

Sobre os princípios inscritos na Lei de Licitações, pode-se afirmar:

- a) Alicitação destina-se a garantir a observância do princípio da seleitividade e a escolher a proposta mais vantajosa para o contratado.
- b) É vedado aos agentes públicos admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que estimulem a competição e impeçam distinções.
- c) Alicitação não será sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público os atos de seu procedimento, salvo quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura.
- d) Como critério de desempate na licitação, não poderá ser dada nenhuma preferência a bens ou serviços produzidos ou prestados por empresas brasileiras ou produzidos no País.
- e) O cidadão não poderá acompanhar o desenvolvimento do procedimento licitatório, para não interferir, perturbar ou impedir a realização dos trabalhos

9. Ano: 2014 Banca: ACAFE Órgão: PC-SC Prova: ACAFE - 2014 - PC-SC - Delegado de Polícia ADAPTADA

Analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa correta.

I Todos os órgãos da Administração Pública direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios estão obrigados à licitação.

II Dentre os princípios básicos que devem reger o procedimento administrativo de licitação estão: a finalidade, a igualdade, o julgamento objetivo e a segurança jurídica.

III Modalidades de licitação representam o conjunto de regras que devem ser observadas na realização de um determinado procedimento licitatório.

- a) Apenas I e III estão corretas.
- b) Apenas I, II e estão corretas.
- c) Apenas II, III e estão corretas.
- d) Todas as afirmações estão corretas.

10. Ano: 2019 Banca: VUNESP Órgão: Prefeitura de Campinas - SP Prova: VUNESP - 2019 - Prefeitura de Campinas - SP - Analista

Assinale a alternativa cujo conteúdo está em conformidade com os princípios da Lei nº 8.666/1993.

- a) A licitação não será sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público os atos de seu procedimento, salvo quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura e as normas de licitações e contratos devem privilegiar o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte na forma da lei.
- b) Subordinam-se ao regime dessa Lei, além dos órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, ressalvadas as sociedades de economia mista.
- c) Essa Lei estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito da União, sendo os Estados, o Distrito Federal e os Municípios regidos por leis próprias.
- d) Para garantir os princípios constitucionais da legalidade, da moralidade, da imparcialidade e da eficiência, os agentes públicos deverão, no procedimento licitatório, estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista ou previdenciária, entre empresas brasileiras e estrangeiras.
- e) A licitação visa garantir a observância, dentre outros, do princípio constitucional da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para o cidadão e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento subjetivo.

GABARITO MINISSIMULADO

- 1.** C
- 2.** D
- 3.** E
- 4.** A
- 5.** C
- 6.** C
- 7.** C
- 8.** C
- 9.** D
- 10.** A